



CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – JANEIRO/2020

Prazo	Obrigação	Disposi�o Legal
Até dia 7	Os �rg�os públicos devem efetuar o pagamento dos salários do mês anterior aos servidores celetistas. OBS.: Para os estatutários deve ser verificada a data fixada no respectivo Estatuto.	� 1�, do artigo 459, da Consolida�o das Leis do Trabalho - CLT, e Instru�o Normativa SRT n� 1/1989.
Até dia 7	Os �rg�os públicos que possuem servidores regidos pela Consolida�o das Leis do Trabalho - CLT, que admitiram ou demitiram durante o mês anterior, devem enviar ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o Cadastro Geral de Empregado e Desempregado - CAGED. OBS.: As informa�es no CAGED relativas a movimenta�es de empregados para fins do seguro-desemprego, devem ser prestadas na data de início das atividades do empregado, quando este estiver em percep�o do Seguro-Desemprego ou cujo requerimento esteja em tramita�o; e na data do registro do empregado, quando o mesmo decorrer de a�o fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho.	Art. 1�, da Lei n� 4.923/1965, e artigo 5� da Portaria MTE n� 1.129/2014.
Até dia 7	A Câmara Municipal, as Autarquias e as Funda�es instituídas e mantidas pelo Município, devem repassar � Prefeitura o produto da arrecada�o do Imposto de Renda Retido sobre trabalho assalariado (folha de pagamento) e sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), bem como sobre os pagamentos � outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conserva�o, manuten�o, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros, retido no mês anterior.	Inc. I, do artigo 158, da Constitui�o Federal c/c alínea "d", do inciso I, do artigo 70, da Lei n� 11.196/2005.
Até dia 7	Os �rg�os públicos que possuem servidores regidos pela Consolida�o das Leis do Trabalho - CLT, devem recolher o FGTS, calculado sobre as remunera�es pagas ou devidas no mês anterior, por meio da Guia do Recolhimento do FGTS e Informa�es � Previdência Social - GFIP, que deverá ser encaminhada eletronicamente por intermédio do SEFIP, exclusivamente pelo uso do CONECTIVIDADE SOCIAL.	Art. 15, da Lei n� 8.036/1990; artigo 32, inciso IV, da Lei n� 8.212/1991; artigo 225, inciso IV c/c � 2�, do Decreto n� 3.048/1999; e Portaria Interministerial MT/MPAS n� 326/2000 c/c Portaria Interministerial n� MPS/TEM n� 227/2005.

Atenciosamente,

GEPAM , 06 de janeiro de 2020